

1 CORREÇÃO TRE-BA

Olá, pessoal, tudo bem? Segue para vocês mais uma prova comentada da banca Cespe. Com certeza, uma prova com a marca registrada da banca, com aquelas questões que colocam a dúvida na nossa cabeça, mas, temos certeza que nossos alunos tiveram condições de fazer uma excelente prova.

Reforço que o nosso Curso de Questões Comentadas Cespe atendeu e muito bem ao que foi exigido pela banca, incluindo nossa análise sobre os temas que a banca mais tem cobrado mostrou-se muito eficiente! Já estamos recebendo excelentes feedbacks dos nossos alunos!

Se você ainda não conhece esse curso, dá uma conferida: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/contabilidade-cespe/>

Aproveitem, pois fizemos essa correção com muito carinho para vocês!

Professor Julio Cardozo.

2 QUESTÕES COMENTADAS

21. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017)

Conforme a resolução n.º 1.282/2010 do Conselho Federal de Contabilidade, no Princípio do Registro pelo Valor Original o custo histórico dos componentes patrimoniais integrados ao patrimônio pode variar em razão

A do valor realizável, que corresponde ao valor pago pelo ativo na data de sua aquisição.
B do valor justo, que corresponde ao valor estabelecido para a realização da troca de ativos, em uma transação sem favorecimentos, entre partes interessadas.

C do valor presente, que corresponde ao custo histórico do ativo deduzidos os valores de depreciação acumulada e de perda por recuperabilidade.

D da atualização monetária, que corresponde a ganhos ou perdas no custo histórico do ativo decorrentes do poder aquisitivo da moeda.

E do custo corrente, que corresponde ao valor obtido pela venda de ativos de forma ordenada.

Comentários:

Cabe Recurso:

Chama atenção a banca exigir conhecimentos da Resolução nº 1282/10 que foi revogada pela em 04/10/2016 pelo CFC. Entendemos ela não pode exigir uma questão sobre uma norma que já está revogada quando da publicação do edital. **Por isso, entendemos que a questão deve ser anulada.**

Mas a questão trata de assuntos que também estão apresentados na Estrutura Conceitual Básica, a qual usaremos para comentar essas questões:

A primeira coisa que você deve saber é que inicialmente os ativos e passivos são registrados pelo chamado **custo histórico**, isto é, pelo valor que foi pago ou que vamos

receber, no caso dos ativos, ou pelo valor que teremos de desembolsar, no caso de passivos.

Ocorre que estes itens podem variar. A economia não para, existem uma série que fatores que influenciam nos valores dos bens, direitos e obrigações de uma entidade. Daí a importância de estudar os critérios de avaliação do ativo e passivo.

Após o registro inicial, diferentes bases de mensuração podem ser utilizadas, ao longo do tempo, a depender da natureza do item registrado na contabilidade.



Depois do registro inicial, o custo histórico pode sofrer uma série de variações, já que, como dissemos, o dinheiro não é constante no tempo e os bens estão sujeitos a uma série de variações em suas características, como desgaste, ação da natureza. Pode ser que uma parte de uma venda não seja recebida. Enfim, há uma série de variáveis. Essas variáveis formam os critérios de avaliação do ativo e do passivo.

Com isso, ocorre uma variação do custo histórico. O CPC 00 – Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade traz as seguintes possibilidades de variação:

4.55. Um número variado de bases de mensuração é empregado em diferentes graus e em variadas combinações nas demonstrações contábeis. Essas bases incluem o que segue:

(a) **Custo histórico.** Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

(b) **Custo corrente.** Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses mesmos ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço. Os passivos são reconhecidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam necessários para liquidar a obrigação na data do balanço.

(c) **Valor realizável** (valor de realização ou de liquidação). Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos seus montantes de liquidação, isto

é, pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera serão pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações.

(d) **Valor presente.** Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de saídas líquidas de caixa que se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

Há ainda o **valor justo**.

Valor justo, em síntese, o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e

Vamos analisar cada uma das alternativas:

A do valor realizável, que corresponde ao valor pago pelo ativo na data de sua aquisição. **Errado**, esse é o conceito de custo histórico.

B do valor justo, que corresponde ao valor estabelecido para a realização da troca de ativos, em uma transação sem favorecimentos, entre partes interessadas. **Correto**, a alternativa apresentou corretamente o conceito de valor justo.

C do valor presente, que corresponde ao custo histórico do ativo deduzidos os valores de depreciação acumulada e de perda por recuperabilidade. **Errado**, valor contábil líquido é custo histórico do ativo deduzidos os valores de depreciação acumulada e de perda por recuperabilidade.

D da atualização monetária, que corresponde a ganhos ou perdas no custo histórico do ativo decorrentes do poder aquisitivo da moeda. **Errado, Atualização monetária.** Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. ([Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10](#))

Portanto, a variação monetária **não representa uma variação do custo histórico**, mas somente um ajuste dos valores originais para uma data mais recente

E do custo corrente, que corresponde ao valor obtido pela venda de ativos de forma ordenada. **Errado**, essa é a definição de valor realizável.

Gabarito→B.

22. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017)

Previstas na estrutura conceitual, as características qualitativas de melhoria da informação contábil incluem, além de comparabilidade,

- A materialidade, representação fidedigna e verificabilidade.
- B compreensibilidade, relevância, representação fidedigna.
- C compreensibilidade, verificabilidade e tempestividade.
- D compreensibilidade, representação fidedigna e representatividade.
- E confiabilidade, tempestividade e verificabilidade.

Comentários:

Conforme previsto na Estrutura Conceitual Básica, **comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade** são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno.

Lembram daquele esqueminha? **CO-CO-TE-VE!**

Gabarito→C

23. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017) Na demonstração das mutações do patrimônio líquido de uma sociedade empresária, o patrimônio líquido no início do ano de 2016 era de R\$ 300.000. Ao longo de 2016, foram registradas as ocorrências mostradas na tabela a seguir, em que os valores são expressos em reais.

integralização de capital em imóvel	150.000
lucro líquido do período	80.000
destinação integral do lucro do período para reservas	80.000
aquisição de ações da própria companhia	30.000

Na situação apresentada, o saldo do patrimônio líquido no final do exercício de 2016 foi de

- A R\$ 480.000.
- B R\$ 500.000.
- C R\$ 530.000.
- D R\$ 560.000.
- E R\$ 640.000

Comentários:

Já alertamos aos nossos alunos que a banca Cespe gosta bastante da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e nessa prova não foi diferente. Vamos lá:

Saldo Inicial do Patrimônio Líquido	R\$ 300.000,00
(+) Integralização de capital em imóvel	R\$ 150.000,00
(+) Lucro Líquido	R\$ 80.000,00

(-) Aquisição de ações da própria companhia (R\$ 30.000,00)
= Saldo Final do Patrimônio Líquido R\$ 500.000,00

A destinação integral do Lucro Líquido do período para reservas altera o Patrimônio Líquido apenas **qualitativamente** e não quantitativamente. Por sua vez, ações em tesouraria é uma conta retificadora do PL, portanto, a sua aquisição diminui o saldo do grupo. **Gabarito→B**

balancete de verificação de uma entidade comercial datado de 31/12/2016 (valores em R\$)		
conta	saldo devedor	saldo credor
despesas com pessoal	79.000	
despesa com depreciação	11.000	
impostos a pagar		6.000
receitas de vendas		340.000
duplicatas a pagar		15.000
reserva de lucros		12.000
duplicatas a receber	48.000	
despesas financeiras	27.000	
estoques de mercadorias	103.000	
fornecedores		25.000
veículos	55.000	
capital social		100.000
financiamento de longo prazo		40.000
encargos financeiros a transcorrer	4.000	
bancos	32.000	
custo de mercadoria vendida	180.000	
devolução de vendas	10.000	
depreciação acumulada		11.000
	549.000	549.000

24. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017)

Considerando as informações contidas na tabela 3A1AAA e sabendo que os ajustes devidos já foram realizados, assinale a opção correta.

- A O ativo circulante totaliza R\$ 80.000.
- B O ativo não circulante totaliza R\$ 147.000.
- C O ativo total apresenta o valor de R\$ 227.000.
- D O passivo circulante totaliza R\$ 44.000.
- E O passivo não circulante totaliza R\$ 198.000.

Comentários:

Classificando e separando as contas de Ativo e Passivo Exigível, temos a seguinte configuração:

conta	Saldo	Classificação
-------	-------	---------------

duplicatas a receber	R\$ 48.000,00	Ativo Circulante
estoque de mercadorias	R\$ 103.000,00	Ativo Circulante
bancos	R\$ 32.000,00	Ativo Circulante
Total do Ativo Circulante	R\$ 183.000,00	
veículos	R\$ 55.000,00	Ativo Não Circulante
depreciação acumulada	-R\$ 11.000,00	Ativo Não Circulante
Total do Ativo Não Circulante	R\$ 44.000,00	
Ativo Total	R\$ 227.000,00	
impostos a pagar	R\$ 6.000,00	Passivo Circulante
duplicatas a pagar	R\$ 15.000,00	Passivo Circulante
fornecedores	R\$ 25.000,00	Passivo Circulante
Total do Passivo Circulante	R\$ 46.000,00	
financiamento de longo prazo	R\$ 40.000,00	Passivo Não Circulante
encargos financeiros a transcorrer	-R\$ 4.000,00	Passivo Não Circulante
Total do Passivo Não Circulante	R\$ 36.000,00	
Total do Passivo Exigível	R\$ 82.000,00	

Portanto, nosso gabarito é a alternativa "C".

Gabarito→C

25. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017) Ainda com base na análise dos dados da tabela 3A1AAA, conclui-se que

A o lucro bruto foi de R\$ 160.000.

B o lucro operacional foi de R\$ 150.000.

C o valor total da despesa operacional foi de R\$ 270.000.

D o lucro obtido antes da declaração do imposto de renda foi de R\$ 44.000.

E o lucro líquido do exercício foi de R\$ 33.000.

Comentários:

Vamos elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício com os dados fornecidos:

Demonstração do Resultado do Exercício	
receita de vendas	R\$ 340.000,00
devolução de vendas	-R\$ 10.000,00
Receita Líquida de Vendas	R\$ 330.000,00
custo da mercadoria vendida	-R\$ 180.000,00
Lucro Bruto	R\$ 150.000,00
despesas com pessoal	-R\$ 79.000,00
despesas com depreciação	-R\$ 11.000,00
despesas financeiras	-R\$ 27.000,00
Total das Despesas operacionais	-R\$ 117.000,00

Resultado Antes do IR	R\$ 33.000,00
Lucro Líquido	R\$ 33.000,00

Gabarito→E.

26. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017) Um bem foi vendido à vista e o pagamento foi realizado em dinheiro. No balanço patrimonial da entidade que o vendeu, o referido bem foi classificado como ativo não circulante imobilizado. Nesse caso, o impacto da venda do bem na demonstração de fluxo de caixa da entidade que o vendeu será

- A o consumo de recursos decorrente de atividade de investimento.
- B a geração de recursos decorrente de atividade operacional.
- C o consumo de recursos decorrente de atividade operacional.
- D a geração de recursos decorrente de atividade de financiamento.
- E a geração de recursos decorrente de atividade de investimento

Comentários:

Segundo previsão do CPC 03, são exemplos de fluxos de caixa advindos das atividades de **investimento**:

(b) **recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado**, intangíveis e outros ativos de longo prazo;

Portanto, para quem efetuou a venda, o impacto será a geração de recursos decorrentes da atividade de investimento.

Gabarito→E

27. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017) O valor do custo de aquisição de estoques compreende o preço de compra

- A acrescidos dos tributos, exceto os recuperáveis, e os custos de transporte diretamente atribuíveis à aquisição, deduzidos os descontos comerciais.
- B acrescidos dos tributos, exceto os recuperáveis, deduzidos os custos de transporte e de seguro atribuíveis à aquisição.
- C deduzidos todos os impostos, os custos de transporte diretamente atribuíveis à aquisição e os descontos comerciais.
- D sem deduções ou acréscimos decorrentes do valor descrito na nota fiscal de aquisição.
- E deduzidos todos os tributos incidentes sobre a mercadoria e acrescidos os custos de armazenagem.

Comentários:

O custo de aquisição dos estoques compreende, de acordo com o CPC 16:

- 1) Preço de compra
- 2) Impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis). Os tributos recuperáveis são:

- a) Matéria prima: IPI, ICMS, PIS e Cofins (os dois últimos na modalidade não cumulativa)
- b) Mercadorias para revenda: ICMS, PIS e Cofins (os dois últimos na modalidade não cumulativa)
- 3) Custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição.

Custo do estoque inclui:
Preço de compra
Impostos de importação e outros tributos (exceto recuperáveis)
Custo de transportes (Frete sobre compra)
Seguro
Manuseio
Custos diretamente atribuíveis
Não inclui
Tributos recuperáveis (MP: IPI, ICMS, PIS, COFINS não cumulativos. Revenda: ICMS, PIS, COFINS não cumulativos)
Descontos comerciais
Abatimentos

Vamos analisar cada uma das alternativas:

A acrescidos dos tributos, exceto os recuperáveis, e os custos de transporte diretamente atribuíveis à aquisição, deduzidos os descontos comerciais. **Correto**, é o nosso gabarito, pois atende ao que está previsto no CPC 16.

B acrescidos dos tributos, exceto os recuperáveis, deduzidos os custos de transporte e de seguro atribuíveis à aquisição. **Errado, os custos com transporte e de seguro integram o custo do estoque.**

C deduzidos todos os impostos, os custos de transporte diretamente atribuíveis à aquisição e os descontos comerciais. **Errado**, não devemos deduzir todos os impostos do custo dos estoques; apenas os recuperáveis junto ao Fisco. Além disso, o custo do transporte faz parte do custo das mercadorias.

D sem deduções ou acréscimos decorrentes do valor descrito na nota fiscal de aquisição. **Errado**, já vimos que temos que fazer algumas deduções do custo dos estoques, conforme previsto no CPC 16, exemplo: Tributos Recuperáveis, Descontos Comerciais e abatimentos.

E deduzidos todos os tributos incidentes sobre a mercadoria e acrescidos os custos de armazenagem. **Errado**, não devemos deduzir todos os tributos incidentes na operação. Além disso, os gastos com armazenamento, como regra, são tratados como despesas, vejamos o que nos diz o CPC 16:

16. Exemplos de itens **não incluídos no custo dos estoques** e reconhecidos como **despesa** do período em que são incorridos:

(b) **gastos com armazenamento**, a **menos** que sejam **necessários ao processo produtivo** entre uma e outra fase de produção;

Gabarito→A**28. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017)**

Conforme o Pronunciamento CPC 46, na mensuração do valor justo de um ativo, deve-se garantir que

A a negociação do ativo seja realizada em uma transação não forçada entre os participantes do mercado — principal ou o mais vantajoso — de venda do ativo.

B a entidade seja capaz de vender o ativo na data de mensuração realizada no mercado principal, sob pena de invalidação do fato contábil.

C o valor justo, ou seja, o valor que seria recebido pela venda de um ativo seja contabilizado após a transação e corresponda ao preço que seria pago pela entidade para reposição.

D a entidade tenha observado as restrições para a venda ou o uso do ativo, desconsiderando, nessa situação, características relacionadas à condição e à localização do ativo.

E o ativo a ser mensurado ao valor justo seja um ativo individual, e não um grupo de ativos, como, por exemplo, uma unidade geradora de caixa.

Comentários:

Nosso gabarito é a alternativa, "A" vejamos o que nos diz o CPC 46:

24. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma **transação não forçada no mercado principal (ou mais vantajoso)** na data de mensuração nas condições atuais de mercado (ou seja, um preço de saída), independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado utilizando-se outra técnica de avaliação.

Gabarito→A

29. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017) Um item patrimonial que atenda aos requisitos para ser reconhecido como ativo imobilizado no balanço patrimonial de uma companhia aberta deve ser mensurado por seu custo. Na ocasião do reconhecimento contábil, deve-se incluir no cálculo do custo do ativo imobilizado o valor

A do custo incorrido por ocasião da manutenção periódica do ativo imobilizado.

B do custo de realocação ou reinstalação do ativo imobilizado adquirido.

C da estimativa inicial dos custos com que o adquirente do ativo imobilizado terá de arcar no futuro para desmontar e remover o item adquirido e para restaurar o local em que o bem está localizado.

D do imposto recuperável e incidente no momento da compra do ativo imobilizado.

E do custo incorrido no período em que o ativo imobilizado ainda não estava sendo utilizado pela empresa, embora já estivesse apto a operar da forma pretendida pela administração.

Comentários:

Os itens do ativo imobilizado são mensurados inicialmente pelo seu custo, o qual inclui todos os custos necessários para colocá-lo em condições de uso.

Conforme o Pronunciamento CPC 27 – Ativo Imobilizado:

16. O custo de um item do ativo imobilizado compreende:

- (a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
- (b) **quaisquer custos** diretamente atribuíveis **para colocar o ativo no local e condição necessárias** para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;
- (c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

17. Exemplos de custos diretamente atribuíveis são:

- (a) custos de benefícios aos empregados (tal como definidos no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados) decorrentes diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado;
- (b) custos de preparação do local;
- (c) custos de frete e de manuseio (para recebimento e instalação);
- (d) custos de instalação e montagem;
- (e) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo nesse local e condição (tais como amostras produzidas quando se testa o equipamento); e
- (f) honorários profissionais.

Continuando...

19. Exemplos que não são custos de um item do ativo imobilizado são:

- (a) custos de abertura de nova instalação;
- (b) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais);
- (c) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e
- (d) custos administrativos e outros custos indiretos.

Custo do ativo imobilizado (CPC 27)	
Inclui	Não inclui
Preço de aquisição + Imposto Importação + Impostos não recuperáveis	Descontos comerciais e abatimentos
Preparação do local	Custos de abertura de nova instalação

Custo do ativo imobilizado (CPC 27)	
Inclui	Não inclui
Frete e manuseio por conta do comprador	Frete por conta do vendedor
Instalação e montagem	Propaganda e atividades promocionais
Testes	Custos de treinamento
Honorários profissionais (engenheiros, arquitetos, por exemplo)	Transferência posterior (novo local)
Custos de desmontagem (futuro, traz a valor presente)	Custos administrativos
Custo de remoção (futuro, traz a valor presente)	Outros custos indiretos
Outros custos diretamente atribuíveis	Remoção, desmontagem de máquinas antigas

Agora, vamos analisar as alternativas:

A do custo incorrido por ocasião da manutenção periódica do ativo imobilizado. **Item errado**, pessoal! Sempre alertamos os nossos alunos sobre esse item: manutenção periódica. Vejamos o CPC 27 – Ativo Imobilizado:

12. Segundo o princípio de reconhecimento do item 7, a **entidade não reconhece no valor contábil de um item do ativo imobilizado os custos da manutenção periódica** do item. Pelo contrário, **esses custos são reconhecidos no resultado quando incorridos**. Os custos da manutenção periódica são principalmente os custos de mão-de-obra e de produtos consumíveis, e podem incluir o custo de pequenas peças. A finalidade desses gastos é muitas vezes descrita como sendo para “reparo e manutenção” de item do ativo imobilizado.

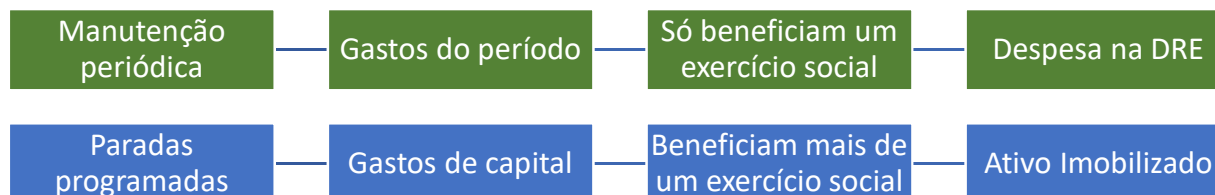
13. Partes de alguns itens do ativo imobilizado podem requerer **substituição em intervalos regulares**. Por exemplo, um forno pode requerer novo revestimento após um número específico de horas de uso; ou o interior dos aviões, como bancos e equipamentos internos, pode exigir substituição diversas vezes durante a vida da estrutura. Itens do ativo imobilizado também podem ser adquiridos para efetuar substituição recorrente menos frequente, tal como a substituição das paredes interiores de edifício, ou para efetuar substituição não recorrente. Segundo o princípio de reconhecimento do item 7, a entidade **reconhece no valor contábil de um item do ativo imobilizado o custo da peça reposta** desse item quando o custo é incorrido se os critérios de reconhecimento forem atendidos. **O valor contábil das peças que são substituídas é baixado de acordo com as disposições de baixa deste Pronunciamento** (ver itens 67 a 72).

14. Uma condição para continuar a operar um item do ativo imobilizado (por exemplo, uma aeronave) pode ser a **realização regular de inspeções importantes** em busca de falhas, independentemente das peças desse item serem ou não substituídas. Quando cada inspeção importante for efetuada, o **seu custo é reconhecido no valor contábil do item do ativo imobilizado como uma substituição** se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. **Qualquer valor contábil remanescente do custo da inspeção anterior (distinta das peças físicas) é baixado**. Isso ocorre independentemente do custo da inspeção anterior ter sido identificado na transação em que o item foi adquirido ou construído. Se necessário, o custo estimado de futura

inspeção semelhante pode ser usado como indicador de qual é o custo do componente de inspeção existente, quando o item foi adquirido ou construído.



Os gastos subsequentes podem ser divididos em **manutenção periódica (que vai para despesa)** e as **paradas programadas** (que são gastos de capital e são ativadas, isto é, o valor gasto é contabilizado no custo do ativo, e passa a ser depreciado).



A prática anterior era a de provisionar o valor da parada programada. Mas este procedimento foi alterado, pois não há base para o reconhecimento de um passivo neste caso. Não há obrigação presente.

B do custo de realocação ou reinstalação do ativo imobilizado adquirido. **Errado**, a realocação ou reinstalação do ativo imobilizado adquirido é tratada como despesa do período e não como custo. O reconhecimento dos custos no valor contábil de um item do ativo imobilizado **cessa quando o item está no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração**. Portanto, os custos incorridos no uso ou na transferência ou reinstalação de um item não são incluídos no seu valor contábil.

C da estimativa inicial dos custos com que o adquirente do ativo imobilizado terá de arcar no futuro para desmontar e remover o item adquirido e para restaurar o local em que o bem está localizado. **Correto**, a resposta está no CPC 27:

16. O custo de um item do ativo imobilizado compreende:

(c) a estimativa inicial dos custos de **desmontagem e remoção do item** e de **restauração do local (sítio)** no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

D do imposto recuperável e incidente no momento da compra do ativo imobilizado. **Errado**, impostos recuperáveis não integram o custo do Ativo Imobilizado; somente tributos não recuperáveis.

E do custo incorrido no período em que o ativo imobilizado ainda não estava sendo utilizado pela empresa, embora já estivesse apto a operar da forma pretendida pela administração. **Errado**, também iremos recorrer ao CPC 27 – Ativo Imobilizado:

O reconhecimento dos custos no valor contábil de um item do ativo imobilizado **cessa quando o item está no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração**. Portanto, os custos incorridos no uso ou na transferência ou

reinstalação de um item não são incluídos no seu valor contábil, como, por exemplo, os seguintes custos:

- (a) custos incorridos durante o período em que o ativo capaz de operar nas condições operacionais pretendidas pela administração não é utilizado ou está sendo operado a uma capacidade inferior à sua capacidade total;
- (b) prejuízos operacionais iniciais, tais como os incorridos enquanto a demanda pelos produtos do ativo é estabelecida; e
- (c) custos de realocação ou reorganização de parte ou de todas as operações da entidade

Portanto, o custo incorrido pela empresa no período em que o ativo imobilizado ainda não está sendo utilizado pela empresa, mesmo que já esteja apto a operar da forma pretendida **não são consideradas como custo do imobilizado**.

Gabarito→C

30. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017) O pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que trata da redução ao valor recuperável de ativo estabelece que as empresas avaliem, ao fim de cada período de reporte contábil, se existe indicação de que um ativo possa ter sofrido alguma espécie de desvalorização. Considerando-se essas informações, é correto afirmar que a redução do valor contábil de um ativo ocorrerá quando

A o valor contábil do patrimônio líquido da empresa for inferior ao valor de suas ações no mercado de bolsa.

B o valor de mercado do ativo cair, como resultado do seu uso, em condições normais, pela empresa.

C um ativo cuja vida útil tenha sido inicialmente considerada indefinida passar por nova avaliação que constate que a sua vida útil é de fato finita.

D o relatório interno da empresa indicar que o desempenho econômico do ativo permanecerá dentro do esperado.

E as taxas de juros de mercado, que servem de base para o cálculo da taxa de desconto utilizada pela empresa para fins de cálculo do valor em uso de um ativo, sofrerem redução significativa de valor durante o período.

Comentários:

Como as empresas avaliam se o ativo está ou não desvalorizado? Quais seriam os fatores que indicam? Bem, o CPC 01 trouxe alguns indicadores, **não exaustivos**, ou seja, sem prejuízo de outros apurados, que podem ser tanto internos quanto externos.

São eles:

Indicadores Externos:

(a) há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; **(Alterada pela Revisão CPC 03)**

(b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado,

econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;

(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo;

(d) o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;

Fontes internas de informação

(e) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;

(f) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida;

(g) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado;

Dividendo de controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada

(h) para um investimento em controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada, a investidora reconhece dividendo advindo desse investimento e existe evidência disponível de que:

(i) o valor contábil do investimento nas demonstrações contábeis separadas excede os valores contábeis dos ativos líquidos da investida reconhecidos nas demonstrações consolidadas, incluindo eventual ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill); ou

(ii) o dividendo excede o total de lucro abrangente da controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada no período em que o dividendo é declarado.

Principais indicadores de desvalorização	
Indicadores externos	Indicadores internos
Valor do ativo diminuiu mais do que o normal	Obsolescência ou dano físico do ativo
Mudanças tecnológicas	Mudanças dentro da estrutura da sociedade
Taxas de juros aumentaram	Desempenho pior que o esperado
Valor contábil do PL é maior que o valor de mercado	

A o valor contábil do patrimônio líquido da empresa for inferior ao valor de suas ações no mercado de bolsa. **Errado**, CPC 01:

12. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

(d) o valor contábil do patrimônio líquido da entidade **é maior** do que o valor de suas ações no mercado;

Ou seja, há indicação de perda por recuperabilidade se o valor do patrimônio líquido for maior que o valor das ações e não menor como afirmado.

B o valor de mercado do ativo cair, como resultado do seu uso, em condições normais, pela empresa. **Errado**, o CPC 01 apresenta:

12. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

(a) há indicações observáveis de que o valor **do ativo** diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;

Percebam que o item fala de redução do valor de mercado, **mais do que seria de se esperar**, como resultado do uso em condições normais pode haver uma indicação de perda. Portanto, **não é qualquer queda do valor de mercado** que irá indicar uma perda por recuperabilidade.

C um ativo cuja vida útil tenha sido inicialmente considerada indefinida passar por nova avaliação que constate que a sua vida útil é de fato finita. **Correto**. A resposta está no CPC 01:

12. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes internas de informação

(f) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e **reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida**.

D o relatório interno da empresa indicar que o desempenho econômico do ativo permanecerá dentro do esperado. **Errado**, todo o cuidado é pouco questões do Cespe. Uma palavra é suficiente para torar a assertiva erras, vejamos o que diz o CPC 01:

12. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

(g) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será **pior que o esperado**;

Portanto, questão errada, visto que se o relatório interno aponta que o desempenho econômico está **dentro do esperado**, não podemos garantir que há perda por recuperabilidade.

E as taxas de juros de mercado, que servem de base para o cálculo da taxa de desconto utilizada pela empresa para fins de cálculo do valor em uso de um ativo, sofrerem redução significativa de valor durante o período. **Errado**, haveria indicação de perda se

as taxas de juros tivesse aumentado, visto que esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo.

Gabarito→C

31. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017) Por meio de um contrato de cessão de direitos autorais, uma editora que está sujeita às regras contábeis estabelecidas pelo CPC adquire o direito de publicar, com exclusividade, determinada obra pelo prazo de cinco anos, esperando um retorno de 10% ao ano sobre o capital investido. Considerando os preceitos do pronunciamento contábil do CPC que disciplinam o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação de ativos intangíveis, assinale a opção correta a respeito da situação apresentada.

A O reconhecimento inicial dos direitos autorais adquiridos pela editora deve ser feito com base no valor de mercado, independentemente do valor negociado entre as partes no momento da transação.

B Dada a expectativa de retorno de 10% ao ano, permite-se que não se aplique o teste de valor recuperável de ativo aos direitos autorais adquiridos pela editora.

C Os direitos autorais adquiridos não estão sujeitos à amortização periódica de seu valor.

D As características dos direitos autorais adquiridos revelam que eles não podem ser considerados ativos identificáveis para fins de reconhecimento contábil desses ativos.

E As condições da contratação indicam que a editora passou a ter o controle sobre os direitos autorais por ela adquiridos

Comentários:

Segundo a Lei 6.404/76:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VII – os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição **deduzido do saldo da respectiva conta de amortização;** (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

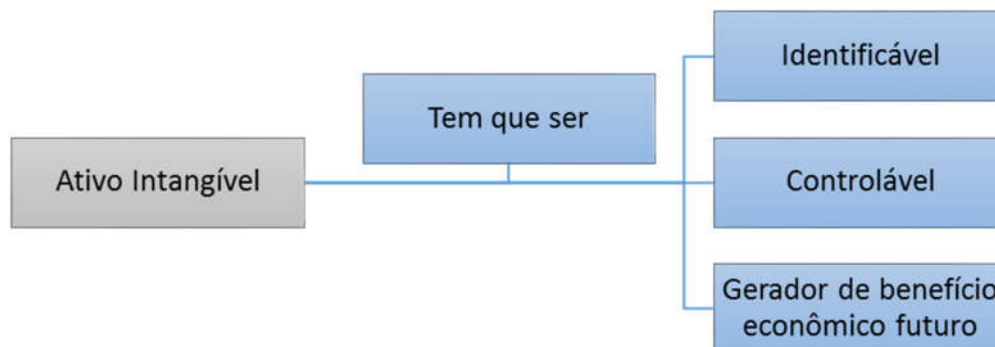
I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou **(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)**

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. **(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)**

Portanto, pela Lei 6.404/76 temos que os ativos intangíveis são:

- **Classificados inicialmente ao custo.**
- **Deduzidos do saldo de amortização.**
- **Sujeitos ao teste de recuperabilidade** para verificar se não produzirão os resultados desejados ou se a entidade decidir parar as atividades e, também, para revisar vida útil e amortização.

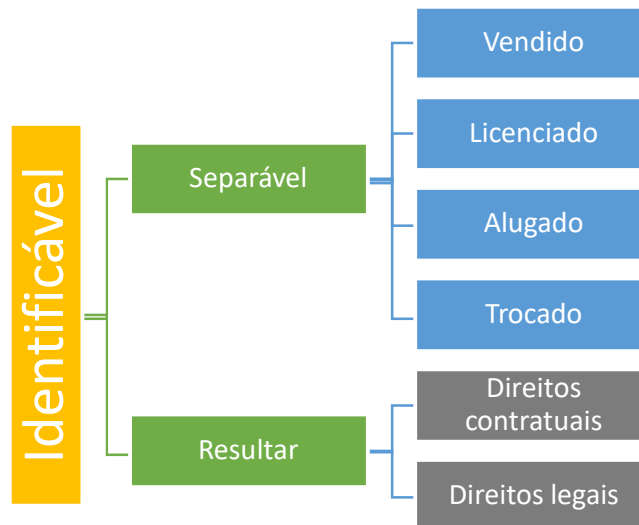
Com isso, eliminamos as alternativas "a", "b" e "c". Sobraram as alternativas "d" e "e".: Sabemos que um item será considerado ativo intangível quando atenda esses três requisitos cumulativamente: **seja identificável; seja controlável; seja gerador de benefícios futuros.**



A alternativa "d" afirma que os direitos autorais não são identificáveis, mas isso não é correto, vejam:

Um **ativo satisfaz o critério de identificação**, em termos de definição de um ativo intangível, **quando**:

- (a) for **separável**, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou **junto com um contrato**, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; (Obs: Podemos novamente citar como exemplo a aquisição de um software)
- (b) **resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais**, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. (Obs: Podemos citar como exemplo uma licença de pesca).



Diante das condições apresentadas, percebemos que os direitos autorais são identificáveis, pois foram cedidos por tempo determinado através de contrato.

Nosso gabarito é a alternativa "e" pois a editora passou a ter o controle sobre os direitos autorais por ela adquiridos. O CPC 04 afirma que:

13. **A entidade controla um ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.** Normalmente, a capacidade da entidade de controlar os benefícios econômicos futuros de ativo intangível advém de **direitos legais que possam ser exercidos num tribunal**. A ausência de direitos legais dificulta a comprovação do controle. No entanto, a imposição legal de um direito não é uma condição imprescindível para o controle, visto que a entidade pode controlar benefícios econômicos futuros de outra forma.

Percebam que o contrato de cessão direitos garante o direito de publicar com exclusividade determinada obra pelo prazo de 5 anos e ainda há a expectativa de retorno de 10% ao ano. Alternativa correta.

Gabarito→E

32. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017)

Provavelmente em decorrência da ingestão de alimentos contaminados servidos em uma festa de casamento em 2015 pela empresa contratada para realizar o evento, cinco pessoas faleceram. Procedimentos legais foram instaurados pelos familiares dos falecidos para exigir indenização da entidade promotora da festa, que decidiu encarar a disputa judicialmente. Por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, os advogados da empresa avaliaram ser provável que a decisão da justiça fosse desfavorável à empresa. Com base na jurisprudência, os advogados puderam estimar o valor a ser desembolsado pela empresa em caso de sentença desfavorável. Nessa situação hipotética, conforme o previsto pelo CPC, recomenda-se para a empresa, como procedimento contábil,

A o reconhecimento de provisão ativa com base na melhor estimativa do valor que será exigido para liquidar a obrigação.

B o reconhecimento de provisão passiva com base na melhor estimativa do valor que será exigido para liquidar a obrigação.

C a divulgação de passivo contingente em notas explicativas.

D a não divulgação do fato em notas explicativas e o não reconhecimento do registro do evento em contas patrimoniais.

E o reconhecimento de passivo contingente com base na melhor estimativa do valor que será exigido para liquidar a obrigação

Comentários:

Questão que trata do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e que é baseada em um exemplo previsto nesta norma, vejam:

Exemplo 10A – Caso judicial

Após um casamento em 20X0, dez pessoas morreram, possivelmente por resultado de alimentos envenenados oriundos de produtos vendidos pela entidade. Procedimentos legais são instaurados para solicitar indenização da entidade, mas esta disputa o caso judicialmente. Até a data da autorização para a publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 20X0, os advogados da entidade aconselham que é provável que a entidade **não será responsabilizada**.

Entretanto, quando a entidade elabora as suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1, os seus advogados aconselham que, dado o desenvolvimento do caso, é **provável** que a entidade será responsabilizada.

(a) Em 31 de dezembro de 20X0

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Baseado nas evidências disponíveis até o momento em que as demonstrações contábeis foram aprovadas, **não há obrigação como resultado de eventos passados**.

Conclusão – **Nenhuma provisão é reconhecida** (ver itens 15 e 16). A questão é divulgada como passivo contingente, a menos que a probabilidade de qualquer saída seja considerada remota (item 86).

(b) Em 31 de dezembro de 20X1

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Baseado na evidência disponível, **há uma obrigação presente**. Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – **Provável**.

Conclusão – **Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação** (itens 14 a 16).

Percebam que na questão apresentada, em 31 de dezembro de 2015, os advogados avaliaram ser **PROVÁVEL (palavra mágica para questões do CPC 25)** que a decisão será DESFAVORÁVEL à empresa, portanto, **uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação**.

Gabarito→B

33. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017) Em maio de 2017, determinada companhia aberta recebeu, sem ônus, R\$ 7.500.000 relativos à subvenção para investimentos no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Nessa situação hipotética, a companhia deve registrar a referida subvenção, na data da transação, em conta de

- A passivo.
- B receita.
- C reservas de incentivos fiscais.
- D reservas de capital.
- E outros resultados abrangentes.

Comentários:

O CPC 07 que rege o tema dispõe que:

7. Subvenção governamental, inclusive subvenção não monetária a valor justo, não deve ser reconhecida até que exista segurança de que:

- (a) a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas; e
- (b) a subvenção será recebida.

A questão apresenta uma subvenção recebida em dinheiro e SEM ÔNUS para empresa, esse é o ponto chave da questão. E como contabilizar essa subvenção sem ônus para a empresa?

Doações em dinheiro – sem contrapartida

No caso de **doações em dinheiro**, o lançamento é o que se segue:

D – Caixa	10.000,00 (Ativo)
C – Receitas – Doações	10.000,00 (Resultado)

Gabarito→B

34. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017) Assinale a opção que apresenta o critério a ser considerado pelas companhias abertas para a mensuração de suas receitas de prestação de serviços.

A valor justo da contraprestação recebida ou a receber, considerando-se a dedução de quaisquer descontos comerciais e bonificações concedidos pela entidade ao comprador
B custo corrente da contraprestação recebida ou a receber, considerando-se todos os gastos envolvidos na transação

C valor realizável líquido do serviço, considerando-se a dedução de todos os custos necessários à prestação do serviço ao cliente

D valor justo do serviço prestado, considerando-se o preço médio praticado no mercado na data da transação

E custo do serviço, considerando-se todos os gastos necessários ao atendimento do que foi contratado com o cliente

Comentários:

Nosso gabarito é a alternativa "A" e a previsão está no CPC 30 – Receitas. Pronunciamento que está com os dias contados, pois estará revogado a partir de 01.01.2018.

10. O montante da receita proveniente de uma transação é geralmente estabelecido entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo. É mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, ou a receber, deduzida de quaisquer descontos comerciais (trade discounts) e/ou bonificações (volume rebates) concedidos pela entidade ao comprador.

Gabarito→A

35. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017) Um grupo de alunos de determinada universidade decidiu organizar um jantar dançante para angariar fundos em prol de uma causa social. O comitê responsável pelo evento estimou os custos para a realização do evento conforme a tabela apresentada a seguir. O comitê organizador pretende cobrar ingresso de R\$ 50,00 por pessoa e estima a adesão de pelo menos quinhentas pessoas ao evento.

	valor em R\$
jantar (por pessoa)	22,00
convites com o programa do evento (por pessoa)	3,00
panfletos para a divulgação do evento	500,00
atração musical	1.100,00
aluguel de espaço em um clube local	900,00
garçons e pessoal de apoio (limpeza segurança)	1.600,00
decoreação do local	900,00

Nessa situação hipotética, a margem de contribuição unitária e a quantidade de ingressos que o comitê organizador deve vender para cobrir todos os gastos previstos para a realização da festa são, respectivamente,

- A R\$ 15 e 200 ingressos.
- B R\$ 15 e 500 ingressos.
- C R\$ 25 e 100 ingressos.
- D R\$ 25 e 200 ingressos.
- E R\$ 28 e 200 ingressos.

Comentários:

A Margem de Contribuição é o preço de venda menos os custos variáveis e as despesas variáveis.

Desse modo, a Margem de Contribuição de um produto é o que resta após diminuir os custos variáveis e as despesas variáveis. É a quantia com a qual o produto contribui para amortizar os custos fixos mais as despesas fixas, e para formar o lucro.

Preço de venda (-) custos variáveis e despesas variáveis = margem de contribuição

$$\text{MCU} = \text{R\$ } 50,00 - \text{R\$ } 22,00 - \text{R\$ } 3,00 = \text{R\$ } 25,00$$

Para sabermos quantos ingressos os alunos precisam vender para conseguir cobrir todos os custos, basta encontramos o ponto de equilíbrio contábil:

Sabemos que:

$$\text{Ponto de Equilíbrio} = \frac{\text{Custos} + \text{Despesas Fixas}}{\text{MCU}}$$

Ponto de Equilíbrio = $(500 + 1.100 + 900 + 1.600 + 900) / 25 = 5000 / 25 = 200$ unidades.

Gabarito→D

36. (CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017)

Assinale a opção que apresenta o evento que provoca alteração na estrutura de capital de uma empresa, especificamente no que diz respeito à relação entre o capital de terceiros e o capital próprio.

- A utilização de reservas de lucro para aumento do capital social
- B venda de participações no capital de outras empresas para a aquisição de títulos públicos
- C alongamento do prazo de uma dívida contraída junto a um banco privado (do circulante para o exigível a longo prazo)
- D conversão de debêntures emitidas em ações de emissão própria
- E amortização de uma dívida com ações de emissão própria

Comentários:

CABE RECURSO! Os índices de endividamento (também chamados de **quocientes de estrutura de capital**) mostram a relação entre o capital próprio (Patrimônio Líquido) e o capital de terceiros (passível exigível). Indicam a política de obtenção de recursos da empresa, e também a dependência da empresa com relação a capital de terceiro.

Agora, vamos analisar cada uma das alternativas para verificarmos qual delas altera essa estrutura de endividamento.

A utilização de reservas de lucro para aumento do capital social. **Errado**, a utilização de Reservas de lucro para aumento de capital social não gera alteração na estrutura de capital da empresa, visto que não há alteração quantitativa no Patrimônio Líquido, tampouco no Passivo Exigível.

B venda de participações no capital de outras empresas para a aquisição de títulos públicos. **Errado**, a venda de participações no capital de outras empresas não altera a estrutura de capital de uma empresa. Altera o seu Ativo.

C alongamento do prazo de uma dívida contraída junto a um banco privado (do circulante para o exigível a longo prazo). **Errado**, o alongamento da dívida não altera o total do endividamento, visto que a questão também não fala de aumento do saldo devedor em virtude dessa renegociação.

D conversão de debêntures emitidas em ações de emissão própria. **Correto**, o Cespe gosta desse assunto: conversão de debêntures em ações. Quando uma empresa faz essa conversão, o seu passivo exigível diminui e o seu patrimônio líquido aumenta, portanto, há alteração na estrutura de capital da empresa.

E amortização de uma dívida com ações de emissão própria. **Correto**, nesse caso, há diminuição do passivo exigível e aumento do Patrimônio Líquido, o que gera alteração na estrutura de capital da empresa.

O gabarito oficial da banca foi D, mas entendemos que há duas alternativas corretas, portanto, a questão deve ser anulada.

Gabarito→D